

# As palavras e os atos

ESTADO DE SÃO PAULO

O presidente Fernando Henrique Cardoso estaria preocupado com o que seria uma nuvem de pessimismo cobrindo seu governo. Pessimismo que o chefe do Executivo considera injustificado — o que não impede que S. Exa. tenha dado início a mais uma tarefa, que é a catequese de pessoas consideradas como “formadores de opinião”. Semana passada, recebeu um grupo de economistas e outro de cientistas sociais e políticos, explicando-lhes as prioridades de sua administração e aquilo que tem sido conseguido em matéria de combate à inflação. Não se negará a preocupação do chefe do Executivo com as críticas que têm sido feitas àquilo que é considerado sua “desatenção” pela área social. Em boa medida, foi para dar resposta a essas críticas que, ontem, o presidente da República estabeleceu metas no terreno social, procurando também emprestar à questão o mesmo caráter dado ao combate à inflação com o Plano Real.

Se o presidente da República detectou a “nuvem”, é seguramente porque sua sombra perturbou a tranqüilidade de quantos se imaginavam inatingíveis por esse tipo de contingência. Julgavam-se a salvo pela simples e boa razão de que as pesquisas de opinião pública feitas a pedido do Executivo mostravam que o nível de aprovação da ação governamental continuava alto. Ora, o fato de manifestar-se, agora, preocupação com a possível existência de áreas de pessimismo, mais que a sombra

que possa ter coberto certas áreas, é que indica que a nuvem existe em meios que a Presidência da República reputa críticos para a formação da imagem do governo. O que nos perguntamos é se são esses meios que criam mais depressa e com maior densidade um clima de pessimismo, que acaba se traduzindo em críticas e mudança de imagem. A nosso ver, o Executivo deveria estar preocupado com uma série de atitudes que o governo como um todo — Executivo e sua base de

sustentação parlamentar — vem adotando como norma, sem se aperceber que elas atingem meios sociais cuja reação pode ser decisiva para os propósitos governamentais, porque de conseqüências mais profundas e mais amplas, ainda que de percepção mais demorada.

O que o governo deve ter como importante para sua política não são atitudes como abandonar o Conselho do Comunidade Solidária. Esse programa, como dissemos desde que foi lançado, padece de tais erros de organização e execução que nele não se poderiam depositar esperanças grandes demais. Esse tipo de atitude, o “rompimento”, pois, não nos parece indicativo de que o céu se tenha toldado — pode indicar, isto sim, postura voltada a levar o chefe de Estado a agir em desacordo com



sua percepção do que deva ser a sua política.

A questão que nos parece grave é que o presidente e seu círculo íntimo não se deram conta de que já é visível uma distância (pequena, mas real) entre as palavras e os atos do governo. Boa parte das palavras, associada à imagem de serenidade e honestidade que o presidente da República e seu Ministério transmitem, responde sem dúvida alguma pelos resultados das pesquisas de opinião. É preciso ver, no

entanto, que o discurso oficial sobre alguns aspectos da política geral, quando associado aos atos, principia a produzir pessimismo. Não será preciso estender-nos sobre o lento andamento das leis que regulamentam as reformas econômicas. A demora em aprová-las, mais a postura de boa parte do PFL (firme base de sustentação), que não concorda, por exemplo, com o projeto de regulamentação das comunicações por considerá-lo não suficientemente aberto aos influxos do mercado, mas se dispõe a apoiá-lo para não parecer que está contra as reformas, leva os observadores mais atentos a pôr um pé atrás no seu apoio entusiástico. Por outro lado, quando se repete que a estabilidade só poderá se tornar efetiva *quando* as reformas forem aprovadas, está-se sinalizando aos

investidores que a situação ainda não é a ideal.

Quando se passa aos atos, então, vê-se que a nuvem existe — e não é produzida artificialmente por economistas e cientistas sociais e políticos. O *Jornal da Tarde* assinalou, ontem, em seu primeiro editorial, a contradição entre as palavras de Fernando Henrique Cardoso sobre a situação fundiária e a reforma agrária e os atos do presidente da República depois do

**Se o Executivo está preocupado com nuvem de pessimismo, cuide de ter maior coerência**

massacre de Eldorado de Carajás. É essa contradição entre a avaliação lúcida dos fatos sociais e econômicos e o recuo diante de pressões não legítimas por não ser parte do jogo democrático que causa dúvida. A dúvida, se não dissipada, leva à descrença. A descrença, se solidificada, ao pessimismo. Por isso, talvez não sejam os economistas e os cientistas políticos e sociais (nem os que se consideram formadores de opinião) que devam merecer atenção do chefe do Executivo, mas sim o próprio governo, em primeiro lugar para que não haja contradição entre as palavras e os atos e, depois, para evitar que o discurso destinado a angariar apoios acabe por afastá-los.